

XXV SEMANA PUR

XXV SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - 2019

A inflexão ultraliberal e o desmonte das políticas públicas no Brasil

Rio de Janeiro, 7 a 11 de outubro de 2019

SESSÃO TEMÁTICA 8

Corporações Empresariais Brasileiras em África: Política externa, incentivos do governo e atrações locais

Bráulio Sebastião André – Doutorado/IPPUR/UFRJ

Braulioandre007@yahoo.com.br

Resumo

A proposta é analisar o processo de internacionalização e/ou intensificação da presença de empresas brasileiras no continente africano durante o governo Lula. A presença das empresas brasileiras no continente africano remonta à década de 1970, mas, é nos anos 2000 que tanto o volume de investimento, quanto o número de empresas e a profundidade de seus vínculos com o continente aumentaram de forma exponencial. Dos 54 países do continente, 23 foram os destinos em escolhidos pelas empresas, quatro dois quais se destacaram (países com maior número de empresas brasileiras); Angola, África do Sul, Moçambique e Líbia. Para melhor compreensão sobre o assunto, em primeiro lugar a pretensão é entender o contexto em que se dá a entrada e/ou a internacionalização das corporações empresariais brasileiras em África; em seguida a pretensão é discutir a questão da política Externa Brasileira para África em dois momentos: a) as relações históricas recentes (sec. XIX e XX); b) as relações via governo Lula (2003 a 2011). Em terceiro, analisar os estímulos e/ou estímulos governamentais brasileiros a internacionalização das empresas brasileiras para África – com certa ênfase para as visitas presidências de Lula com missões empresarias, os mecanismos do investimento externo direto e de proteção ao investimento, bem como os financiamentos via BNDES para obras e serviços das empresas brasileiras no continente. Por fim abordar a questão das atrações locais que se configuraram determinantes para a escolha dos países específicos de destino das empresas em África, tendo como principal foco de análise, o caso de Angola enquanto o país de principal destino das empresas brasileiras no continente africano.

Palavras-Chaves: *Lula; política externa; empresas brasileiras; África; Angola*

Corporações empresariais brasileiras em África

Em finais do sec. XX, sobretudo na década de 1970 através da instalação da Petrobras em Angola a convite do presidente António Agostinho Neto começavam a chegar no continente africano as empresas brasileiras. É na década de 1980 que começavam a chegar as empresas ao continente as empresas do setor privado, com destaque para a Odebrecht contratada para juntamente com a companhia soviética Technopromoexport levarem a cabo a construção da hidroelétrica de Capanda. Porém, é preciso salientar que foi sobretudo nos anos 2000 que o número destas corporações empresarias no continente foi mais expressivo, tendo o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva um papel central na intensificação das relações entre o Brasil e muitos países africanos, o que configurou consequentemente uma intensificação na presença e aumento do número de empresas brasileiras no continente africano.

Alguns exemplos (VILLAS-BOAS, 2014):

- ✓ **África do Sul:** Vale, Marcopolo, Marfrig, Odebrecht, Via Uno (franquia), O Boticário (franquia), Cantão/Redley (franquia), Green byMissako (franquia), Random;
- ✓ **Angola:** Vale, Petrobras, Odebrecht, Costa Negócios e Tecnologia, Rede Globo, Rede Record, Stefanini IT Solutions, Totvs (Microsiga), Furnas, Camargo Correa, Curso Fisk (franquia), O Boticário (franquia), Richards (franquia), Sapataria do Futuro, (franquia), Costura do Futuro (franquia), Mundo Verde (franquia), Mister Sheik (franquia), Livraria e papelaria Nobel (franquia), Carmen Steffens (franquia), Dumon (franquia), Pastelandia (franquia), Werner Coiffeur (franquia), TrussCosmetics (franquia), Akakia (franquia), Bit company (franquia);
- ✓ **Líbia:** Odebrecht, Petrobras, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão;
- ✓ **Moçambique:** Vale, Petrobrás, Rede Globo, Rede Record, Eletrobrás, Camargo Corrêa, Totvs (Microsiga).

Refere Villas-Boas (2014), que entre 2001 e 2009 se observou um incremento considerável à presença destas empresas em África, saindo de um Investimento Externo Direto (IED) na ordem dos US\$ 69 bilhões para US\$ 214 bilhões. As empresas brasileiras estão presentes em praticamente a maioria dos países africanos, porém, quatro países se observa como o principal destino destas empresas, designadamente: Angola, África do Sul, Moçambique e Líbia.

Entre as maiores corporações, se observam que os setores da infraestrutura, na energia e da mineração possuem uma maior representatividade, uma vez que estas corporações possuem maiores capitais (político, material, financeiro...) para lidar com os desafios apresentados pelos mercados africanos.

Ao olharmos o reflexo da nova África no início século XXI – sobretudo com a ascensão de uma

nova classe média africana, é preciso lembrar que nem sempre foi assim, durante muitos anos a demanda do consumidor africano era caracterizada sobretudo por produtos de alto valor aquisitivo e que atendiam a uma reduzida classe alta, tendo as populações mais carente maior dificuldade na aquisição de produtos. A ineficiente distribuição da renda, configura um dos principais problemas de muitos dos países no continente africano, mas o fim dos conflitos armados bem como a elevação dos preços das commodities no mercado mundial durante os anos de 2000 de alguma forma permitiu com as populações mais pobres do continente e a emergente classe média tivesse acesso a produtos de menor custo aquisitivo.

Durante os anos 2000, para além das grandes corporações, outras empresas brasileiras desempenharam um papel preponderante na venda de produtos ou serviços mais acessíveis as classes média e baixa de muitos países africanos. Por exemplo, “um perfume do O Boticário ou uma blusa da Richards, ou até mesmo serviços, consertar um sapato na Sapataria do Futuro (VILLAS-BOAS, 2014). Desse modo, se pode observar que esse movimento de empresas de médio e pequeno porte, tende a refletir uma espécie de projeção da imagem do Brasil tanto na sua aproximação com o continente, quanto pela influência da TV brasileira, no gosto da população, sobretudo com Angola e Moçambique.

Assim, ao olharmos para o quadro proposto por Villas-Boas (2014), podemos verificar que alguns países, receberam maior de empresas brasileiras do que outros. Entender os critérios, as motivações, os incentivos, as atrações ou os elementos determinantes na escolha de certos países destinos destas empresas em detrimento de outros, é o que nos propusemos aqui. Desta feita, sugere-se que se por um lado, a discurso da política externa brasileira colocava alguma ênfase nos incentivos governamentais para que determinadas empresas se dirigem ao continente africano, por outro lado, a condicionantes locais dos países africanos naquele momento, configuravam-se atrativas para que o empresariado brasileiro associasse a escolha dos países destinos, aos objetivos estratégicos de suas empresas. Em seguida importa-nos compreender inicialmente os aspectos relativos a política externa brasileira para África.

Política externa brasileira para o continente africano no governo Lula

Na primeira década do século XXI, em função do fim dos conflitos armados de após as independências da maioria dos países africanos, crescimento econômico médio acima dos 6% e uma postura mais autônoma diante dos atores externos, o continente se transformou naquilo que alguns autores costumam a chamar como a “a nova fronteira do capitalismo”, fato este que atraiu os olhares do mundo todo, momento este que coincidia com a subida ao poder de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, bem como com a construção de uma agenda designada por “cooperação Sul – Sul” – processo de articulação política e de intercâmbio econômico, científico, tecnológico, cultural e em outras áreas entre os países em desenvolvimento, que torna África um dos principais pontos da agenda

internacional do Brasil.

De acordo com dados do IPEA e do Banco Mundial, durante o seu governo, Lula conseguiu passar uma mensagem para o sul global que o Brasil seria um parceiro de confiança a ter em consideração, um parceiro diferenciado e assim teria credenciais para ser um grande parceiro do continente (IPEA & BANCO MUNDIAL, 2011). Em suas visitas para estreitamento de laços no atlântico sul – geralmente acompanhadas de missões empresarias, Lula fazia discursos que coincidiam com os interesses dos países e dirigentes africanos. Ao todo foram 37 visitas presidenciais a 24 países africanos (CRETOIU, 2011).

Durante a administração Lula, se constata então uma intensificação nas relações econômicas entre o Brasil e muitos países africanos. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior do Brasil (MDIC) em 2013, entre os anos 2003 e 2010 o fluxo de comercio entre as duas partes do atlântico cresceu cerca de 216,19%, as exportações de produtos brasileiros com destino a muitos países africanos cresceram 176,28% e as importações de produtos de origem africana cresceram 276,65. Segundo dados da Fundação Dom Cabral – quando comparado a outras regiões do mundo, o Investimento Externo Direto (IED) brasileiro para África não é tão expressivo. Porém, o crescimento do IED para a região nos anos 2008 e 2009 apresentou percentuais na ordem do 16,39%, muito parecido com o crescimento médio anual do IED brasileiro no período 2003 a 2009 (16,72%), esse fato nos leva a inferir que os investimentos do Brasil em direção ao continente africano se ampliaram naquele período. (CERQUEIRA, 2013).

Apesar do Brasil não ter substituído nenhum outro ator estatal internacional em termos de volume de investimento, no volume das relações comerciais, na questão geoestratégica e política no continente, a fronteira de atuação brasileira no continente foi ampliada significativamente (SARAIVA, 2012). Os pilares dessa aproximação, foram o estratégico e o econômico, estratégico na medida em que a relação com África aumentaria a projeção do Brasil no cenário internacional, econômico, na medida em que a intensificação e internacionalização das empresas brasileiras para África traria retornos financeiros em múltiplas escalas tanto para os governos (brasileiro e africanos) bem como para as empresas. Sobre este último ponto, falaremos mais adiante, de momento nos interessa discutir a questão dos incentivos do governo brasileiro para intensificação e internacionalização das empresas para África.

Incentivos do governo brasileiro à internacionalização das empresas

O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comercio e Desenvolvimento (UNCTAD) de 2005, recomenda que o IED contribui significativamente para o aumento da competitividade. Assim, os países em desenvolvimento devem apoiar a internacionalização das suas empresas (UNCTAD apud BRASIL, 2009). Isto posto, a estratégia de internacionalização das corporações, não dependeria de si só, mas teria respaldo em um contexto geral da política econômica e industrial do

país, bem como o alinhamento entre as estratégias dos governos e a das empresas seria determinante no processo de internacionalização da economia de um país.

A internacionalização, num primeiro momento envolve a saída de capital ao exterior, num segundo momento resulta em contrapartida de ingresso de capitais na forma de lucros e royalties. Ela promove o incremento de exportações e tendem a gerar novos posto de emprego, por meio do crescimento da demanda por exportações e prestação de serviço, em função da necessidade de profissionais especializados no país de origem do IED, bem como no país de destino do IED. A internacionalização, contribui significativamente para o fortalecimento para as multinacionais, que são um dos principais promotores do desenvolvimento da economia de um país.

Entre os principais desafios para os governos, é efetivamente equilibrar as políticas públicas de incentivo a internacionalização com a obediência as regras para manutenção dos pilares sociais (bem-estar dos seus cidadãos) e econômicos. Para o caso do governo brasileiro, as preocupações relatadas no termo de referência de 2009, foram a saída de divisas, a exportação de postos de trabalho e a diminuição dos investimentos internos (BRASIL, 2009). A questão que se coloca é qual modelo o de Estado deve ser adotado pelo Brasil, o modelo de estado “indutor” ou “facilitador”? O modelo indutor, pressupõe a intervenção ativa do Estado, por via da seleção de setores estratégicos, financiamento, incentivos fiscais e participação no capital das empresas. Enquanto que no modelo facilitador, o Estado atua na eliminação de barreiras e entaves a internacionalização, sem visar setores específicos. Salientar que o termo de referência sobre a internacionalização das empresas brasileiras, admite que em muitos casos, as empresas precedem a intervenção do Estado (BRASIL, 2009).

Em relação as visitas do Lula ao continente, durante o seu primeiro mandato os países visitados foram em ordem cronologia os seguintes: São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Gabão, Cabo Verde, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné Bissau, Senegal, Argélia, Benin e Botsuana (CRETOIU, 2011). Ressaltar que entre os cinco primeiros países – fundamentalmente Angola, África do Sul e Moçambique – foram os principais destinos das empresas brasileiras no continente. Um aspecto relevante das visitas presidenciais, foram os grupos de empresários que as acompanhavam, assim as visitas eram acompanhadas de rodadas de negócios e encontro entre empresários locais e empresários brasileiros iniciadas e concluídas por discursos do ex-presidente brasileiro Lula da Silva.

O desempenho de Lula neste teve destaque nesses eventos em dois aspectos; em primeiro lugar na promoção do Brasil como um parceiro confiável e em segundo lugar, em certa medida contribui também na promoção da imagem de alguns países africanos como um destino possível para grandes e medias empresas, contrariando assim os estigmas e preconceitos em ao continente dos anos 1990. Importa-nos ressaltar que a aproximação do Brasil ao continente ela é precedida por diversos países emergentes e potencias tradicionais, como refere o ex-ministro das relações exteriores do Brasil,

António Patriota, “a diplomacia brasileira, secundou o empresariado na descoberta de alguns mercados africanos” (PATRIOTA, 2013).

Dentro do quadro dos incentivos governamentais brasileiros de apoio a internacionalização das empresas, outros aspectos fundamentais de serem analisados são; as feiras de negócios (em sua maioria apoiadas pelo) ministério das relações exteriores (Itamaraty), o programa brasileiro de cooperação técnica para África, os mecanismos internacionais de proteção ao investimento, bem como o financiamento às empresas.

Em relação as feiras de negócios, dos 54 países do continente, apenas 5 tiveram nas suas feiras de negócio empresas brasileiras apoiadas pelo Itamaraty: 1) África do Sul – Africarail 2009 e Feira Internacional da Cidade do Cabo 2009; 2) Angola – “Constrói Angola 2008” – Feira Internacional de Construção Civil; 3) Burkina Faso – Feira Internacional do Artesanato – SIAO 2010; 4) Mali – Feira Internacional de Bamako 2010 e Feira do Cinquentenário da Independência do Mali 2010; 5) Zimbábue – Feira Mundial de Viagens e Turismo de África 2010. (BRAZILGLOBALNET, 2013). Estas feiras eram realizadas pelos países africanos e, serviam como instrumentos de aproximação de mercados, para obtenção de informações sobre concorrentes, contato de clientes, nelas os empresários ou representantes de empresas participavam como visitantes ou como expositores. Apenas no final do governo Lula, o Itamaraty passou a selecionar e a apoiar financeiramente as empresas brasileiras que demonstravam interesse em participar destas feiras e solicitavam este apoio. De acordo com a Apex-Brasil, o apoio era feito em função de critérios de seleção das empresas e se convertia em auxílio para os custos de exposição no stand da feira. Os setores prioritários para o apoio eram empresas exportadoras do ramo dos alimentos e bebidas; casa e construção; máquinas e equipamentos; serviços. (ALVES, 2013).

No quesito programa brasileiro de cooperação técnica para África, se observa também durante o governo Lula um aumento exponencial da cooperação técnica com muitos países africanos. Uma das grandes reclamações do empresariado brasileiro, era a dificuldade de mão de obra especializada local, nesse sentido o objetivo principal da cooperação técnica, era capacitar a mão de obra local, melhor desempenhar as suas atividades laborais. A relação entre cooperação técnica e apoio ao empresariado brasileiro foi direta, através da criação de centros de formação profissional instalados em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé em parceria com instituições brasileiras de formação técnica e tecnológica como o SENAI. Tais centros de formação capacitavam mão de obra nos setores da construção civil, hidráulica, energia elétrica, serrilharia, marcenaria, informática e telecomunicações, panificação e confecção de alimentos, mecânica de motores, etc. (ABC, 2010). Outros países africanos assinaram acordos de cooperação técnica durante os governos Lula, designadamente a Zâmbia, Burkina Faso, Benin, Guiné-Equatorial, Sudão, Serra Leoa, Suazilândia, Tanzânia, Zimbábue, Libéria, Lesoto, Burundi, Malawi, Líbia e Etiópia (MENDONÇA,

2013).

Em relação a questão dos mecanismos de proteção a investimento, podemos dizer que configurou um dos principais obstáculos a uma maior internacionalização das empresas brasileiras para o continente africano, uma vez que em muitos casos se observou a ausência de celebração de acordos bilaterais de proteção e promoção ao investimento. O Brasil, não é membro da Convenção de Washington que cria o *International Center for Settlement Disputes* – ICSID, bem como não é membro de nenhum Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos – APPRI, apesar de na década de 1990 ter assinado 14 tratados bilaterais de sobre investimentos, nunca chegaram a ser ratificados. A importância de tais mecanismos, é efetivamente o aporte e a segurança jurídica que todo o fundamento institucional desses mecanismos proporciona. Porém, importa realçar que a resistência do Estado brasileiro à não ratificação desses mecanismos, tem a ver com não concordância de algumas cláusulas dos mesmos referentes à proteção de investimentos em detrimento de interesses e políticas nacionais (BRASIL, 2009).

Segundo Villas-Boas (2014), essa posição do Brasil, reflete a preocupação com a tentativa de ingerências externas em assuntos internos do país. Porém, é preciso ressaltar ou alertar que essa postura brasileira apesar de coerente, negligencia uma nova tendência da economia brasileira – a de suas empresas também serem investidoras em outros países. Uma vez que tais acordos têm seu fundamento na reciprocidade, as empresas que tem suas atividades no exterior são privadas desses mecanismos de proteção de seus investimentos e, portanto, expostas a processos de estatização e/ou outros riscos. importa-nos lembrar que apesar do Brasil não ser membro de nenhum acordo bilateral de proteção e promoção ao investimento, no âmbito do Banco Mundial, tanto o Brasil, quanto os principais países de destinos de suas em África, são membros da *Multilateral Investment Guarantee Agency* – MIGA, cuja função é necessariamente a promoção do investimento externo direto por meio de garantias como perdas relativas a inconversibilidade do câmbio, restrições a transferências, expropriação, guerras, distúrbios civis, terrorismo e sabotagens, quebra de contrato dentro outros (MIGA,2012).

Sobre a questão do financiamento das empresas em processo de internacionalização ou intensificação de suas atividades nos países africanos, importa-nos referir que o apoio do governo brasileiro às empresas foi feito por meio da criação de linhas crédito viabilizadas via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Até meados de 2002 o apoio do banco a internacionalização de empresas, se dava de forma indireta, é no início do governo Lula em que a direção do banco aprova um conjunto de diretrizes para concessão de linhas de crédito visando o financiamento aos investimentos de empresas brasileiras no exterior, o que de alguma forma contribuiu em seguida para uma alteração nos regulamentos estatutários do banco que permitisse o apoio a investimentos no exterior. Porém, importa ressaltar que os financiamentos só eram “liberados”

na eventualidade resultarem no estímulo à exportação de produtos domésticos, com prazos definidos em cada projeto e os financiamentos beneficiassem exclusivamente empresas de capital nacional (ALEM; CAVALCANTE, 2005).

No caso concreto das empresas brasileiras nos países africanos, existiam três formas de financiamento do BNDES que se adequavam a realidade das mesmas: a) linha específica para investimento externo direto; b) linha de exportação Exim Pós-Embarque – beneficia as empresas de engenharia que atuam em África; c) BNDESPAR, uma sociedade por ações subsidiária do BNDES que atua por meio capitalização de empreendimentos e corporações brasileiras ao comprar participações em ações de empresas. Em relação a linha de crédito para IED, durante o governo Lula houve apenas a concessão de uma linha de crédito destinado ao Egito, para a consolidação do plano de expansão da Bertin – um conglomerado empresarial brasileiro que atuava nos setores da energia, infraestrutura, alimentação, equipamentos de proteção, agronegócio e hotelaria e turismo – através da aquisição de novas empresas, modernização e ampliação de plantas e implementação de novas unidades industriais no Egito (BNDES, 2013). É na linha de crédito pós-embarque que beneficia as empresas exportadoras, até de serviços, e atuação do BNDESPAR, em que se observa o fortalecimento das grandes corporações empresariais em África. Na linha de crédito voltada à exportação, no caso dos países africanos as principais empresas brasileiras beneficiadas foram as do setor das engenharias que receberam maiores volumes de financiamento do governo. Angola configura aqui o principal destino das empresas brasileiras em África e, portanto, receberá maior volume de financiamento via BNDES durante o governo Lula. As grandes questões se mantêm, quais eram os volumes de financiamento? Porquê Angola foi o principal destino das empresas em África? Quais eram as contrapartidas para o BNDES e para o Brasil em geral? Enfim, são questões que pretendemos analisar a seguir buscando compreender as atrações locais, olhando para o caso específico de Angola.

Atrações locais: o caso de Angola

Angola é um país localizado a sul do continente africano; com uma área de 1.246.700 km²; com uma população estimada (censo 2017) em 29.310.272 hab.; o país possui um PIB: nominal total na ordem US\$ 131.407 mil milhões e Per capita na ordem dos US\$ 6.127 (mas a distribuições do ônus não espelha esse fato numérico), sua moeda é Kwanzas (AOA); seu IDH está na ordem 0,581; possui 18 províncias, sua capital é Luanda – concentra maior parte das atividades econômicas, sendo a principal cidade cosmopolita do país; Angola faz fronteira a Norte com as repúblicas dos Congo Brazzaville e Congo Kinshasa, a Este pela república da Zâmbia, a Sul pela república da Namíbia e a Oeste o país é banhado pelo oceano atlântico; durante os anos 2002 a 2014 Angola chegou a ser a terceira maior economia do continente ficando atrás da Nigéria e da África do Sul.

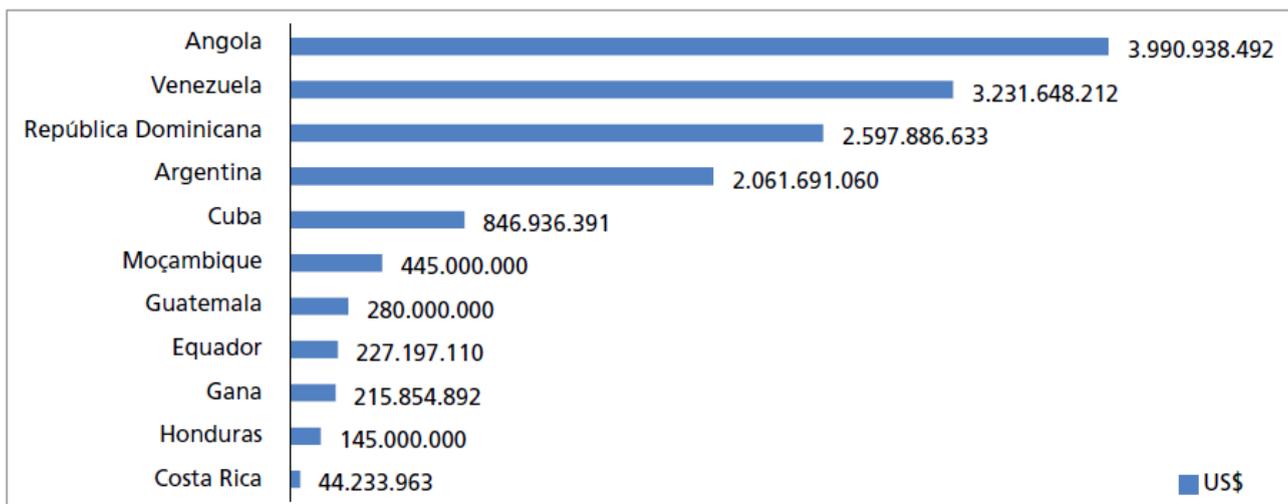
A escolha de Angola como principal destino das empresas brasileiras a sua instalação ou

intensificação de suas atividades, se dá sobretudo em função o fim do conflito armado em 2002 que assolou o país por mais de 30 anos. Existe todo um discurso político invocado pelo governo Lula segundo o qual o apoio ao continente e em particular a Angola se deu em função de possível dívida histórica advinda do período histórico do trato negreiro. Sem ignorar o mérito da questão, ao analisarmos as contrapartidas para as empresas, para o governo angolano e o brasileiro, percebemos que o argumento invocado não procede.

Do ponto de vista técnico, essa relação histórica entre os dois países apenas serviu para legitimar e viabilizar todo um processo de internacionalização das empresas que garantia ganhos materiais e financeiros de ambos os lados. Se por um lado Angola conseguia a reconstrução nacional do país por via das obras, por outro lado o BNDES recebia como contrapartida os lucros dos juros ou as exportações, eram lastreadas da commodity petróleo bruto pelo governo local. Angola não foi o único país a receber financiamento do BNDES no continente africano, mas é o único a ter uma conta especial, como a conta petróleo. Essa conta petróleo, facilitou o financiamento ao governo angolano e este, diretamente ter começado as contratações de corporações empresariais brasileiras para execução de obras de infraestruturas necessárias para a reconstrução do país que na altura se encontrava praticamente destruído pela guerra.

Assim, as principais corporações empresarias brasileiras a chegarem em Angola foram: Odebrecht em 1984; Camargo Correa e Queiroz Galvão em 2005; e a Andrade Gutierrez em 2006. O acordo para a linhas de créditos tendo como contrapartida o petróleo foi estabelecido em 2006, e os desembolsos da linha Exim Pós-Embarque começou em 2007. Entre estas empresas atuando em Angola, a Odebrecht ocupa uma posição de destaque como abordaremos a seguir.

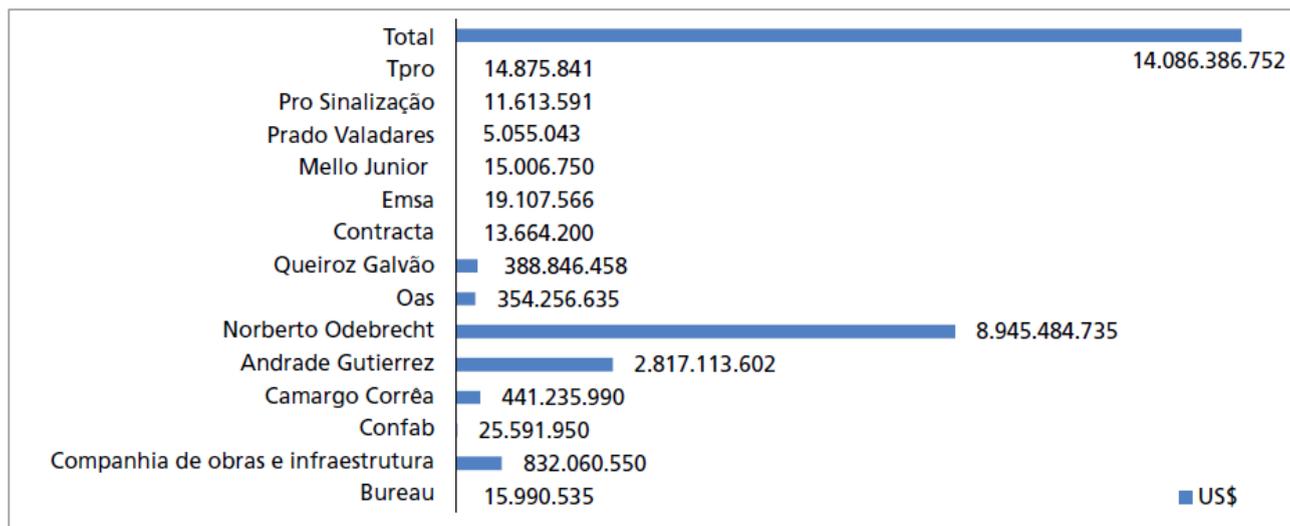
Gráfico 1 – Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por país (2002-2016) (Em US\$ milhões)



Fonte: Banco de dados do BNDES. Disponível em: <www.bndes.gov.br>.

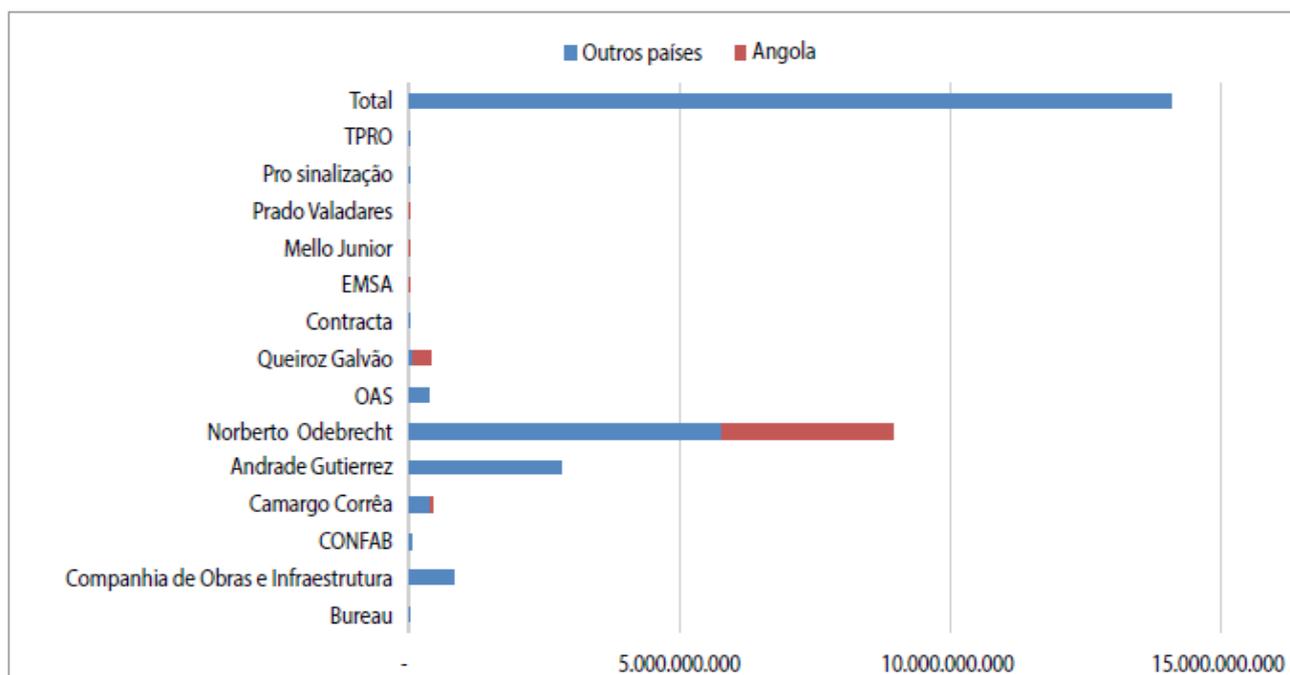
Gráfico 2 - Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por empresa brasileira (2002-2016) (Em

US\$ milhões)



Fonte: Banco de dados do BNDES. Disponível em: <www.bndes.gov.br>.

Gráfico - Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por empresa brasileira e por país (2002-2016)



Fonte: Bando de dados do BNDES. Disponível em: <www.bndes.gov.br>.

A Odebrecht em Angola na década de 1980 e permanece no país até ao momento atual, com o fim do conflito armado, a empresa diversificou as atividades no país por via de financiamento público tanto do Brasil como de Angola, isso através de contratos com o governo angolano e através de parcerias com empresas locais (GAIO, 2014). No ano de 1984, começa a construção do seu primeiro projeto em Angola: a construção da barragem hidroelétrica de Capanda, localizada na província de Malanje. Esta obra de engenharia, seria então o produto de um consórcio entre a Odebrecht e a companhia soviética Technopromoexport. O governo angolano, representado pelo Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza – GAMEK, seria a parte contratante (ODEBRECHT, 2006).

Já de início o objetivo da Odebrecht, era estabelecer uma presença a longo prazo em Angola. Assim, o fundador da empresa Norberto Odebrecht, contactou diretamente o governo angolano buscando o estabelecimento de uma relação baseada na mútua confiança, a construtora organizou viagens para autoridades importantes do governo angolano ao nordeste brasileiro afim de mostrar as obras da empresa e seus êxitos na região (ODEBRECHT, 2009). Desse modo, a Odebrecht assumiu a responsabilidade de realizar os *lobbies* para o levantamento de fundos necessários a realização das obras de Capanda, dada a importância estratégica da hidroelétrica para o governo de Angola, bem como a importância de Angola como porta de entrada fundamental da empresa no continente africano.

Nesse contexto, a empresa propôs ao governo brasileiro a articulação de um arranjo financeiro bilateral com Angola, onde o Brasil disponibilizaria os fundos para a construção de Capanda e Angola pagaria o financiamento, por meio da exportação de petróleo para o Brasil, inicialmente cético, mas depois de algumas negociações, o governo brasileiro acabou finalmente por aprovar o financiamento (ODEBRECHT, 2009). Em seus primeiros anos, Capanda empregaria cerca de 4500 brasileiros – configurava cerca de 96% dos empregos gerados na época, porém, em 1992 esse percentual seria invertido: angolanos passariam a responder por 96% do contingente de funcionários nas obras. A tendência de empregabilidade de mão de obra local é uma característica da empresa até os dias atuais. Em função das muitas paralizações, causadas pelos conflitos armados, apenas em 2004 Capanda foi concluída. Capanda é desse modo percebida como o marco de confiança mútua entre a Odebrecht e o governo angolano, dirigentes angolanos sempre exaltam o comprometimento da empresa em não abandonar o projeto mesmo com as dificuldades advindas da guerra, em particular José Eduardo dos Santos – JES então presidente da república de Angola, 1979 – 2017. (GAIO, 2014).

O pós-guerra em 2002 é marcado pelas políticas de reconstrução nacional, nesse sentido Angola nos olhos do mundo. É com frequência que se observam em Angola, campanhas estrangeiras que chegam ao país com algum sistema de financiamento acordado com o país de origem, como é o caso da China. No caso brasileiro, em função de suas relações históricas recentes com o governo angolano, o país se constitui como um terreno fértil para as construtoras brasileiras, cujos os financiamentos viabilizados através dos acordos bilaterais entre o Brasil-Angola e operacionalizados por meio de linhas de crédito via BNDES são apontados como determinantes à execução das obras pelas empresas brasileiras em Angola.

Um aspecto importante a realçar, é que esses financiamentos chegassem a Angola uma das exigências do governo angolano era a não intervenção ou ingerência em assuntos domésticos/internos bem como o respeito à soberania. Esses aspectos corporativos são fundamentais no governo de Angola, uma vez que o Movimento de Libertação Popular de Angola – MPLA (partido que sustenta o governo desde a independência em 1975), tem como característica marcante a preservação de sua autonomia frente às parcerias internacionais (CHABAL, 2007; HODGES, 2007).

Como exposto acima, entre os anos de 2002 e 2014, o volume de investimento entre Brasil e Angola, atingiram a cifra dos US\$ 8 bilhões, o setor da construção, absorveu cerca de 95% desse montante. Interessante é que em relação os financiamentos dirigidos ao governo angolano, a prerrogativa sobre a seleção das empresas recai em última instância a presidência da república de Angola. A critério da escolha de JES, os recursos financeiros advindos da linha de crédito era distribuído da seguinte forma: 70,80% para a Odebrecht; 11,60% para Queiroz Galvão; 9,2% para Andrade Gutierrez e 7,7% para a Camargo Correia. O volume alocado a Odebrecht, coloca a construtora em uma posição privilegiada a despeito das outras. (GAIO, 2017).

A Odebrecht, é responsável por uma variada diversidade de projetos em Angola, suas intervenções vão desde a construção de centros integrados de formação tecnológica; obras de aproveitamento hidroelétrico; construção de estradas, vias expressas, pontes e viadutos; sistemas integrados de províncias; sistemas de abastecimento e drenagem de águas a cidades; sistemas de transporte de energia elétrica; polos industriais; a conjuntos habitacionais. A empresa foi durante muitos anos o maior empregador privado do país, chegando a empregar cerca de 15 mil funcionários (95% mão de obra local). Atualmente a Odebrecht é responsável por três grandes projetos em Angola e viabilizados por meio de financiamento bilateral Brasil-Angola: a barragem hidroelétrica de Laúca, a hidroelétrica de Cambambe e a continuidade do projeto habitacional do Zango.

Em relação a Laúca, a barragem foi concluída em 2017, em sua operação total, deve cobrir 80% da demanda industrial de energia elétrica no país. Em relação a Cambambe, a barragem foi construída pelos portugueses durante o período colonial, atualmente a Odebrecht, é responsável por sua modernização, o a intervenção da empresa brasileira, Cambambe passou de uma produção de 180 MW para geração de energia na ordem dos 960 MW. Em relação ao projeto habitacional Zango, é de referir que o mesmo está localizado a sul de Luanda (periferia da periferia), são habitações de baixa renda para as populações removidas de áreas consideradas como de risco. O Zango é um projeto que foi implementado em 2002 e tem sido expandido sucessivamente, para sua execução do projeto destacam-se empresas chinesas (50%) e a Odebrecht (50%). (GAIO, 2017).

Ao longo dos anos a Odebrecht tem intensificado e diversificado suas atividades em Angola. Em 2012 criou o *Odebrecht África Found* (OAF), fundo de apoio a projetos de setores além da construção e engenharia, como bioenergia, distribuição alimentícia, entretenimento, petróleo, diamantes entre outros (ODEBRECHT, 2014)

A empresa tem desse modo, se associado a empresas locais, atuando como parceira fundamental no processo de angolanização (emancipação das empresas locais). Assim, em 2012 foi constituída a Companhia de Bioenergia de Angola – *Biocom*. Localizada também na província de Malange, a Biocom tem por objetivo a produção de açúcar, etanol e exportação de energia do cultivo em larga escala da cana de açúcar. A Biocom abrange uma área de 70 mil hectares e movimenta um

investimento de US\$ 1,27 bilhões. É uma empresa de direito angolano, sendo a sua composição de acionistas a seguinte: Odebrecht (40%), Cochan (40%), Sonangol (20%). As duas últimas são empresas angolanas, a Sonangol é a multinacional estatal do setor dos petróleos e principal pivô da economia angolana; a Cochan é uma empresa privada angolana, com larga atividade diversificada no país e seu presidente é Leopoldino Fragoso do Nascimento, também conhecido como general Dino Matros – oriundo da base político econômica aliada ao MPLA e estratégica para a presidência de Angola. Vale acrescentar aqui atuação da empresa, na rede de varejo alimentar “Nosso Super”, inaugurada em 2007, em função da dificuldade do governo angolano em administrá-la, passou a sua gestão da Odebrecht sob concessão pública válida por 35 anos.

Considerações finais

Embora não fica claro no governo Lula a definição de uma política clara de incentivo a internacionalização das empresas para o continente africano, ao observar a intensificação das atividades de empresas brasileiras no continente e a presença de novas empresas nos países africanos durante o seu governo, é inegável reconhecer que Lula teve um papel determinante nas relações bilaterais entre o Brasil e os países que configuravam o principal destino de suas empresas em África durante a primeira década do sec. XX e que mantém suas relações até os dias da atualidade.

Algumas variáveis trouxeram efetivamente resultado a essa internacionalização das empresas para África, podemos destacar a sinalização das visitas presidenciais em determinados países e a ênfase nos encontros de negócio, sobretudo em Angola. A cooperação técnica, contribuiu de forma significativa para a formação de mão de obra local, fato este que de alguma forma contribuiu para a não dependência não de obra estrangeira e conseqüentemente contribuiu para a própria autonomia no país.

Outra variável com resultados concretos foi atuação do BNDES através das linhas de crédito para operacionalização dos investimentos e execução das obras em África. Porém é um equívoco pensar que o dinheiro saia do Brasil para África como uma obra de caridade, como exposto, havia e a retornos financeiros para o Brasil (via BNDES), na forma de Lucros dos juros, na forma de petróleo; bem como retornos para empresas através de lucros, bem como a conquista de um novo mercado para a expansão de suas atividades econômicas.

Em relação ao caso especificamente de Angola, apesar de existirem vários players

externos no mercado angolano, as relações com as empresas brasileiras ainda vão de perdurar por longos anos, uma vez que existem inúmeras empresas com “capital híbrido”, envolvendo ações de empresas brasileiras – em especial a Odebrecht, empresas locais e o Estado angolano.

Outros aspectos importantes a considerar e que podem ser alvo de futuras análises, são efetivamente os conflitos urbanos, socioambientais e socioeconômicos que surgiram a quando da implementação de determinados projetos em vários países africanos; uma reflexão sobre o papel das corporações empresariais brasileiras na produção do espaço urbano das cidade africanas bem como nas suas regionalizações; a análise dos impactos da operação Lava Jato, sobre as atividades das empresas brasileiras em África; a relação entre os países africanos e o Brasil no governo de Jair Bolsonaro. Em fim, são algumas questões que deixamos como uma “pulga atrás da orelha” e serão exploradas em momentos oportunos. Apesar de toda a complexidade que o tema se propõe, acreditamos poder contribuir para uma compreensão mais geral sobre as corporações empresariais brasileiras em África.

Referências

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. A Cooperação Técnica do Brasil para a África. Brasília, 2010.
- ACIOLY, Luciana; LIMA, Fernandes; RIBEIRO, Elton. Internacionalização de Empresas: Experiências Selecionadas. IPEA; Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica. Brasília, 2011.
- ANGONOTÍCIAS. Angola abriga 14% das franquias brasileiras que estão no exterior. Disponível em (acessado em agosto de 2018): <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/38143/angola-abriga-14-por-cento-das-franquias-brasileiras-no-exterior>
- ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e Apoio à internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões. Revista do BNDES, vol. 12, n. 24, p. 43-76. Rio de Janeiro, dez. 2005.
- AYKUT, Dilek; GOLDSTEIN, Andrea. Multinacionais de Países em Desenvolvimento: O Investimento Sul-Sul Chega à Maioridade. In: Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 95, p. 66-89, 2008.
- BANCO NACIONAL DE ANGOLA. Angola: os Dez Principais Países de Origem das Importações, 2007-2011.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Estatuto Social da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

CERQUEIRA, Daniela Franco. Determinantes e perfil do Investimento Externo Direto Brasileiro (IED) nos anos 2000.

CRETOIU, Sherban Leonardo. Política Externa do Governo Lula e a Expansão das Empresas Brasileiras na África: sinergias e vínculos de interesses. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011, 94 p.

CURADO, Marcelo. Uma Avaliação da Economia Brasileira no Governo Lula. Revista Economia & Tecnologia. Ano 07 Volume Especial, 2011.

GAIO, G. Você imaginou. Nós construímos. Estado, mercado e a participação brasileira na recuperação da infraestrutura angolana. Observador On-line, v.7, n.8, pp. 1-55, 2012. _____. O público, o privado e a economia política angolana: um estudo sobre a inserção das construtoras brasileiras em Angola. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, 2014.

GOES, Fernanda. Financeirização do BNDES para obras e serviços de empresas brasileiras no exterior. Ipea, Brasília, 2017, pp. 7-14.

HODGES, T. The economic foundations of the neopatrimonial state. In: CHABAL, P.; VIDAL, N. Angola: the weight of history. London: Hurst & Company, 2007, pp. 175-199.

MULTILATERAL INVESTMENT GUARANTEE AGENCY. Investment Guarantee Guide. Multilateral Investment Guarantee Agency/World Bank, March, 2012

ODEBRECHT, N. Sobreviver, crescer e perpetuar: tecnologia empresarial Odebrecht. Vol. 1. Salvador: Fundação Odebrecht, 1983, 11ª ed. (2011).

ODEBRECHT. 30 anos de compromisso com Angola. Relatório anual, 2014.

VILAS-BOAS, Júlia. A Presença de Empresas Brasileiras na África: incentivos, atrativos e motivações. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2014.